

IDENTIDADE, TERRITÓRIO E PAISAGEM NO CONTEXTO DO ORDENAMENTO TERRITORIAL

Ms. Luiz Carlos Schneider
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional
(PROPUR/UFRGS) e docente da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)
luizcschneider@gmail.com

Profa. Dra. Daniela Marzola Fialho
Docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional
(PROPUR/UFRGS)
dfialho.voy@terra.com.br

Resumo

Com o propósito de ampliar a compreensão sobre os conceitos e as relações entre território, paisagem e identidade este artigo apresenta sucintamente uma revisão teórica destas categorias enquanto objeto de discussão conceitual e metodológica. Na sequência expõe-se também o seu sentido de apropriação pragmática no contexto do ordenamento e desenvolvimento territorial, utilizando-se como referencia prática a experiência da Convenção Europeia da Paisagem. Por fim, fazem-se considerações finais referentes aos desafios encontrados para implementação tanto de conceitos quanto de políticas e programas voltados ao planejamento e gestão da paisagem.

Palavras chave: território, identidade, paisagem, ordenamento, desenvolvimento.

1 INTRODUÇÃO

Paisagem e território são categorias de estudo de diferentes áreas do conhecimento bem como objeto de discussões no tocante às formas de apreensão de seus significados nas relações do homem como espaço que habita. Da evolução destes conceitos em categorias analíticas do planejamento territorial seguiu-se, gradativamente, a inserção das terminologias de território, identidade e paisagem em uma perspectiva estratégica de desenvolvimento. Contudo, este é um fato relativamente recente e está aberto a muitas questões, que vão desde os processos de operacionalização dos programas e políticas de ordenamento territorial, até as abordagens metodológicas a serem realizadas para definição dos valores relacionados à paisagem e território.

Este artigo, em sua primeira parte, faz uma reflexão sobre território e identidade, referenciando conceitualmente os termos e relacionando-os às identidades sociais e culturais, bem como às diferentes construções de paisagens. Na sequência, apresentam-se

algumas das principais discussões teóricas sobre a paisagem em campos disciplinares tais como a geografia, filosofia, história e sociologia. Desta forma, foi possível abordar a complexidade de sentidos e significados da paisagem tanto em relação a sua apreensão real-concreta quanto real-abstrata, expondo-se algumas das dificuldades existentes do discurso científico quanto às questões subjetivas e metodológicas que envolvem a temática.

Por fim, abordam-se os conceitos de território, identidade e paisagem por meio da sua aplicação pragmática nas atuais estratégias de ordenamento territoriais propostas pela Convenção Europeia da Paisagem. Este documento tem sido o marco legal que fundamenta as ações dos países signatários para implementação de políticas e programas orientados para o desenvolvimento social e ambiental, embasados na qualidade dos valores reconhecidos na paisagem pelos grupos sociais. Por meio das abordagens realizadas e dos conteúdos expostos, fazem-se ainda as considerações finais em um contexto do enquadramento da paisagem e dos territórios como elementos-chave no ordenamento e gestão territoriais.

2 Território e identidade: um olhar sobre a paisagem

Os termos identidade e território estão inseridos em um amplo debate a partir do eixo estabelecido pela modernidade e pós-modernidade. Para Araujo e Haesbert (2007, p.10), as últimas quatro décadas, em especial, evidenciaram tanto uma fragmentação da cultura quanto de exacerbação de um individualismo que são, em parte, responsáveis pela crise das matrizes identitárias do mundo moderno formadas pelas ideias de Estado Nação, classe e indivíduos. No caso do Estado Nação há uma gradativa perda de poder pelo estado (bem como de vínculos identitários) visto a dificuldade de estabelecerem-se fronteiras territoriais (ou nacionais) nas atuais circunstâncias dos fluxos econômicos e informacionais que ocorrem em escala planetária. Ou seja, de um lado as pressões que ocorrem pela afirmação e reconhecimento das diferenças, de caráter marcadamente local, e por outro, pela homogeneização firmemente ancorada nos processos de valorização mercadológica e de globalização. Neste sentido Araujo e Haesbert (2007, p. 10) alertam para "...a ascensão de uma ideologia que privilegia o indivíduo em detrimento de suas formas coletivas do existir" e que pode, por consequência, desqualificar a representação das

instâncias políticas ou mesmo fazer surgir fortes fundamentalismos nacionalistas ou agrupamentos identitários (ARAUJO, 2007, p.14).

A identidade no pensamento moderno, conforme Araujo (2007, p. 19), está relacionada ao “agrupamento do que é igual ou então reconhecido de forma comum em meio à multiplicidade e à mudança bem como a correlata separação destes frente aos seus diferentes.”. Deste conceito pode-se evoluir para o da identidade coletiva, ou seja, um processo constitutivo formado por uma relação entre duas dimensões que são a do indivíduo e a dos seus vínculos relacionais em um determinado grupo social. Para este autor, tanto território quanto identidade, apesar de seu caráter distinto, são signos resultantes de uma profunda integração entre significante, significado e sentido. Portanto, para Araujo (2007, p.31), territórios e identidade coletiva constituem-se em uma relação dialética intrínseca. A identidade enquanto um juízo valorativo (sentido) elaborado em momentos e circunstâncias históricas distintas (significado), o que origina um processo de reconhecimento e legitimação social tanto externo quanto interno que remete a um fato fundador, originário, ou mesmo um mito.

Para Haesbert (2007, p. 33) a questão identitária, em um viés sociocultural, passa por uma crise que é percebida e definida por Levy Strauss como o “mal do século”. Esta crise, em especial a partir dos anos setenta, tem seus conflitos exacerbados em uma era pós-moderna com a fragmentação e pluralidade das expressões identitárias. A condição objetiva de análise desta crise pode ser feita a partir de uma abordagem geral da identidade ou pelo viés do que se denomina identidades territoriais. As identidades territoriais, conforme Haesbert (2007, p33), estão diretamente relacionadas em duas dimensões: uma, que é histórica (passado, memória e imaginação) e outra, que é o presente, ou seja, o entorno espacial vivenciado em sua dimensão geográfica. Hasbert também concorda com a fragilização do conceito de Estado Nação exposta por Araujo e ressalta a perda de primazia do espaço-tempo nacional estatal citando com destaque dois aspectos que afetam profundamente a temporalidade e espacialidade: o tempo instantâneo do ciberespaço (fluxos e informações) e o tempo da degradação ecológica (como exemplo a questão indígena ou a biodiversidade).

Contudo, se por um lado as fronteiras nacionais e o nacionalismo se dissolvem, por outro ganham também nova relevância, pois as identidades se expressam em múltipla

composição (das mais abertas e híbridas até as mais fechadas) e tem no território seu constituinte indispensável. Desta forma Haesbert (2007, p. 35) salienta que há uma tensão entre “... a construção de um sentido mais estável de identidade e a busca por crescente autonomia e liberdade.”.

Pelas afirmações dos autores pode-se perceber que há um elo indissociável entre território e cultura, e conseqüentemente, entre a sua identidade. Tanto que Haesbert salienta que, da mesma forma que o termo “cultura” surge em contraste com o conceito de “natureza”, o termo identidade surge em relação ao conceito de “diferença”. “Não há cultura sem natureza, assim como não há identidade sem diferença” (HAESBERT, 2007, p. 36). Isso não ocorre no sentido da separação dos conceitos em si, mas sim, da sua indissociabilidade e interdependência em termos de sua própria definição. Portanto, identidade e diferença pressupõem uma construção identitária permanentemente relacional pois são produzidos um em relação ao outro.

No campo das ciências sociais aplicadas, como no caso da Antropologia e Sociologia, a identidade e o território estão focadas no estudo dos grupos sociais e das tradicionais identidades regionais e nacionais. Mas o termo território surgiu como um conceito na geografia capaz de apreender uma das mais importantes dimensões do espaço geográfico, ou seja, a dimensão política vinculada as diferentes formas de expressão do poder. Desta forma, e conforme Haesbert (2007, p. 36) o território (de natureza política) também se revela em cruzamento e contraste com outros conceitos como a região, a paisagem e o lugar.

Em relação ao poder em si, cabe destacar que o mesmo não se restringe à figura do estado ou das classes dominantes, mas sim como força que envolve todas as esferas da sociedade em suas diferentes escalas, que vão dos micro-territórios até o alcance das grandes redes planetárias. Neste sentido, pode-se dizer que, de acordo com Haesbert (2007, p. 37) “... o território carrega hoje toda a complexidade com que se constroem essas relações de poder, um poder que mais que claramente e identificável, é também difuso, multifacetado e “rizomático”, para utilizar a expressão de Deleuze e Guattari, estendendo-se do poder mais visível e “material” das instituições formalizadas ao poder “invisível” e simbólico do imaginário e das representações dos diferentes grupos culturais”.

A partir deste entendimento, estabelece-se uma definição de território construído em uma dialética permanente entre o material e imaterial, funcional e simbólico. O que leva a um conceito de território que possa considerar a sua permanente valorização em termos de seus processo e relações (e não como entidade estabilizada), as diferentes temporalidades e velocidades em que podem ser construídos, bem como da conjugação de territórios mais funcionais até os com maior carga simbólica. (HAESBERT, 2007, p. 38)

Em síntese, para Haesbert (2007, p. 38), há uma ligação direta entre territórios e o processo de identificação dos grupos sociais, o que inclui a sua valoração simbólica. Portanto, o conceito de território expande-se desde a sua dominação em um sentido mais funcional até a sua apropriação simbólica. Se a territorialidade pode ser considerada como uma das propriedades necessárias ao reconhecimento de um território podem também ser incluídos os “símbolos” ou as “imagens”, em um sentido mais abstrato, mesmo que o território em si não esteja explicitamente manifestado. Ou seja, o território é concebido tanto pela existência das múltiplas relações de poder (econômicas e políticas) quanto pelo poder de natureza mais simbólica derivado das relações socioculturais. Pois o território está ligado tanto a processos de dominação (caráter político e econômico) quanto de apropriação envolvendo uma dimensão cultural e simbólica (carregada de imagens e representações) e que é dada pelos grupos sociais sobre o espaço que habitam.

Conforme visto até aqui, se pode perceber que a construção de uma identidade social é dinâmica, dialógica e considerando sua dimensão simbólica está também aberta a múltiplas ressignificações. Cabe destacar aqui, conforme Haesbert (2007, p. 43) que uma das bases que pode dar maior eficácia ao poder simbólico dos diferentes grupos em sua construção identitária está relacionada às referências espaciais materiais do presente e ou passado. Ali surge o que se denomina de identidade cultural, ou seja, uma referência simbólica a grupos que têm seu dinamismo compartilhado em termos históricos e etnológicos bem como de costumes, do seu idioma, da sua economia, etc. Sendo assim e conforme Stuart Hall, citado por Haesbert (2007, p. 44), as identidades estão localizadas no tempo e no espaço simbólico e possuem certas geografias imaginárias no tempo e espaço constituídas por paisagens, casas, lugares que lhe são característicos.

Assim, no que estamos denominando aqui de identidades territoriais, escolhem-se (ou concomitantemente reconstruem-

se) espaços e tempos, geografias e histórias para moldar uma identidade, de modo que os habitantes de um determinado território se reconhecem, de alguma forma, como participantes de um espaço e de uma sociedade comum. (HAESBERT, 2007, p. 44)

O que, conforme o mesmo autor, leva à conclusão de que uma identidade territorial caracteriza-se sempre e em conjunto com determinada identidade social, ainda que nem toda identidade social seja obrigatoriamente uma identidade territorial ou que toda identidade tenha que ser necessariamente territorial. Para Haesbert (2007, p. 45) a identidade territorial efetiva-se pela reivindicação política. Como exemplo se pode citar a ideia de um bairro que, enquanto referência espacial de identidade, é capaz de articular as associações de moradores locais. Estes espaços, em sua dimensão material, e que são referência para a (re)construção das identidades territoriais podem ser de diferentes tipos como a região-paisagem ou ainda a paisagem-símbolo. Ao mesmo tempo, estas paisagens passam a estar relacionadas simbolicamente com a identificação de determinadas identidades regionais. Como exemplos este autor cita a Amazônia (como imaginário do rio e da floresta) e uma fazenda gaúcha enquanto representação da campanha e do sul do estado. Deve ser ressaltado, contudo, que para além dos atributos naturais, há também a influência da densidade histórica sobre os lugares. Contudo, Haesbert (2007, p. 46) alerta para a importância de contextualizar a identidade territorial em uma dimensão muito mais ampla do que somente a “paisagem”, pois a mesma é decorrente de variados fatores como as diferenciações socioeconômicas e culturais dos espaços bem como do peso da mobilidade da população e das migrações para a construção (multi)identitária.

3 A paisagem: uma reflexão sobre os conceitos e significados.

Paisagem, em termos de utilização da palavra pelo senso comum, está normalmente relacionada à apreciação estética de um lugar com qualidades excepcionais em termos de seus atributos físicos observáveis. Tem um caráter de apreensão individual e de subjetividade, mas remete também a uma construção social que é reconhecida coletivamente. Contudo, referenciar teoricamente a paisagem é um desafio, pois se trata de um termo polissêmico, ambivalente, aberto a significados distintos ainda que os mesmos possam ser complementares entre si. Em relação ao estudo da paisagem há uma

diversidade de enfoques que podem incluir diferentes saberes e ciências, como por exemplo, a história da arte (pinturas), a arquitetura e o urbanismo (paisagismo), a geografia física ou humana, a literatura, o turismo ou mesmo o cinema. Este artigo procurará apontar, de forma sintética, algumas das principais abordagens teóricas utilizadas para a definição de paisagem. Longe de esgotar o assunto, pretende-se expor a complexidade do tema utilizando-se para tanto um referencial que inclui autores diversos e relacionados à áreas tais como a filosofia, a história da arte e a geografia.

No Ocidente, e conforme Brito (2011, p. 03) o surgimento da paisagem ligada a alguma forma de sua representação (desenhos, pinturas, ilustrações, gravuras) "... assinalou a sua emergência como fenômeno social percebido e operado pela sociedade". Para a filósofa Anne Cauquelin (2008, p.12), a paisagem em uma pintura ou uma fotografia cuja suposta identificação do representado com o objeto da representação sejam capazes de satisfazer nossas expectativas e nossos sentidos, correspondem a uma percepção do real. Pois na tela "ilusionista", conforme Cauquelin, pode-se ver aquilo que deve ser visto, ou então a natureza das coisas mostradas não de forma isolada, mas em sua relação de conjunto, ou seja, uma paisagem. "Aquilo que é dado a ver, a paisagem pintada, é a concretização do elo entre os diferentes elementos e valores de uma cultura, ligação essa que oferece uma disposição, uma ordenação e, por fim, uma "ordem" para a percepção do mundo." (Cauquelin, 2008, p.12)

Em outras palavras, na paisagem as coisas não são reconhecidas de forma separada e sim pela forma como estão dispostas e se oferecem para apreciação em seu conjunto. Tanto a representação quanto a sua compreensão, contudo, estão condicionadas pela cultura e por um momento histórico distinto. Para a autora, durante o renascimento, a invenção da perspectiva mudou a nossa visão de mundo, transformando nossa visão global das coisas. Na perspectiva há as regras da redução (de uma representação feita em escala menor) e também da junção, ou seja, da manutenção da totalidade e constituição de uma unidade ou construção mental completa. Há uma relação intrínseca entre o mundo real com a sua representação conceitual que é expressa pela linguagem. Se a paisagem é uma construção mental orientada e instaurada por práticas para expressar ideias e conceitos ela é também uma retórica, uma representação clara dos esquemas mentais e das marcas simbólicas da cultura. Pois conforme Cauquelin (2008, p. 23) "... aquilo que aprendemos a ver é a parte imersa de um fundo ao qual chamamos natureza.". É este fundo, o da

natureza, que surge e suscita construções como a paisagem-símbolo, por exemplo, e que representa no imaginário algum valor que é socialmente ou culturalmente construído. Desta forma Cauquelin (2008, p.23) afirma que ao se selecionar paisagens “... toda dificuldade de um inventário reside na afirmação simultânea de uma historicidade das formas (a cultura) e de um fundo sempre já dado, “oferecido”.

Também para o historiador e crítico de arte Simon Schama (1996), a paisagem é uma obra da mente. “Paisagem é cultura antes de ser natureza; um constructo da imaginação projetado sobre mata, água, rocha” (SCHAMA, 1996, p.70). Por isso afirma que o conceito de paisagem está relacionado primeiramente à cultura e não à natureza. A paisagem é um constructo da imaginação humana projetada sobre os elementos físicos naturais como as florestas, os rios, as pedras, impregnados pelas experiências, memórias, tradições, mitos de cada povo. Schama (1996) enfoca as representações simbólicas da paisagem, bem como as formas em que são feitas as mediações pelas técnicas e estéticas, ou seja, o sentido com que a natureza é experimentada como objeto cultural. Para este autor, toda paisagem revela uma tessitura histórica e cultural que pode ser descrita, lida e interpretada. Neste sentido faz referências à importância das paisagens junto à construção de identidades nacionais e aos seus significados identitários e simbólicos. Ao mesmo tempo, as linguagens e expressões artísticas como a pintura, literatura, fotografia, reproduzem as imagens mentais, alimentam os imaginários sociais e se reconstróem com estes em uma dialética permanente. Em outras palavras, o homem reconhece e nomeia as paisagens, atribuindo significados ou mesmo criando símbolos, mas também as relaciona as suas emoções, recordações, memórias e sentidos.

Para Schama (1996), o homem tende a colocar paisagem e natureza em dois campos distintos de percepção. Mas praticamente todos os sistemas naturais estão também relacionados de alguma forma com as atividades humanas. O próprio ato de identificar, reconhecer determinado local ou paisagem pressupõe a presença. Como resultado, a paisagem revela-se como um produto da cultura manifestada pela nossa percepção transformadora e emerge como uma representação. Segundo o autor se “... toda nossa tradição da paisagem é o produto de uma cultura comum, trata-se, ademais de uma tradição construída a partir de um rico depósito de mitos, lembranças e obsessões.” (SCHAMA, 1996, p. 24).

Sendo assim, e para Schama (1996, p. 26), a paisagem, seus mitos e lembranças, revelam duas características comuns: sua permanência e a capacidade de moldar instituições. Desta forma “moldam-se” paisagens que correspondem à identidade nacional, por exemplo, mapeando-se e reconhecendo-se territórios e expressando-os de forma simbólica em termos de suas qualidades, belezas, virtudes, sempre relacionadas a determinadas comunidades ou grupo social. E também, enfatiza o autor, muitas das preocupações modernas, incluindo ideias como nação, liberdade, império, ditadura, utilizam-se da cartografia, por exemplo, para conferir forma material às ideias. Da mesma forma, lembra que ao longo da história da humanidade sempre houve espaço para o caráter sagrado e místico da natureza. Este aspecto, e que é compartilhado como universo mental comum revela que antes de somente explorar a natureza, o homem também fazia parte e sentia-se pertencente à mesma.

Para a geografia, o termo paisagem é polissêmico e variável de acordo com o tipo de abordagem teórica e com determinado momento histórico e cultural. Como exemplo, e conforme Brito (2011, p. 03), os diferentes debates sobre o conceito de paisagem de acordo com correntes (e períodos aproximados) como a geografia tradicional (1870-1950), a geografia teórica quantitativa (década de 50), a geografia física (década de 60), a geografia crítica (década de 70) e também, paralelamente, o surgimento da geografia humanista e cultural. Nas duas últimas, em especial, o conceito de paisagem tem uma revalorização ao lado do conceito de região, estando assentadas segundo Brito (2011, p. 02) na fenomenologia, na retomada da matriz historicista, na intuição e nos aspectos relacionados à percepção e ao simbolismo.

Portanto, na geografia, o conceito de paisagem surge como um conceito basilar que tem transformações no seu significado ao longo de diferentes períodos históricos. Aparece primeiramente ligado à ideia de paisagem natural e da sua composição por elementos naturais tais como a vegetação, o relevo, o clima, etc. Num segundo momento, surge como paisagem humanizada ou aquela compreendida como parte das relações entre homem e natureza. “De forma geral, hoje é possível perceber a existência de várias paisagens em forma de região, território, lugar, etc. se fazendo presente tanto na geografia física quanto na geografia cultural (BRITO, 2011, p. 02)”. Ou seja, a paisagem incorpora-se às categorias de análise da geografia, em escalas distintas como território, região e lugar.

Em relação à geografia física houve uma evolução do conceito de paisagem devido à crise ambiental iniciada nas décadas de 60 e 70. O fortalecimento da abordagem ecológica propiciou o surgimento de uma análise mais holística das relações entre sociedade e os sistemas ambientais existentes. Para a geografia crítica, e na perspectiva do materialismo histórico dialético, há uma concepção de mundo ou método que permitiria a compreensão do homem como ser social em conjunto com as relações políticas e econômicas responsáveis pelas profundas desigualdades espaciais existentes. A concepção da geografia crítica, valorizando mais os aspectos econômicos e políticos, estabelece também uma relação entre as escalas do global, nacional, regional e local. Mas também os pressupostos da geografia marxista foram abalados por meio dos problemas colocados pela semiologia. Segundo Viera (2006), o geógrafo Denis Cosgrove propõe a discussão de uma aproximação dos conceitos marxistas enquanto formação social com uma leitura simbólica da paisagem. “Portanto, para ele, a paisagem seria a construção simbólica de um modo de ver produzida pelos modos e pelas relações de produção” (VIERA, 2006, p.06)

Conforme o geógrafo Milton Santos (1997), há um sistema de ações resultante das atividades humanas que é mediado pelas técnicas e que tem correspondência com um sistema de objetos dispostos no espaço geográfico. O valor dos objetos é dependente da organização social e sendo assim, a paisagem é sistema material e o espaço, o sistema de valores. Paisagem, portanto, difere de espaço, mas há a complementariedade entre os conceitos. Na análise de Santos é o espaço que ganha ênfase, pois o considera uma dimensão social, econômica e cultural ideológica. Desta forma é que, segundo o autor, a compreensão da organização espacial ou de sua evolução é dependente da análise de um processo dialético entre formas, estruturas e funções ao longo do tempo. Portanto, para Milton Santos a paisagem é uma categoria que compreende “... o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas por volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons (...).”. Para Santos (1997), a paisagem apresenta-se como categoria relacionada à dimensão da percepção e dos sentidos do homem, mas está subordinada ao espaço preexistente e a um todo estrutural.

Conforme Serpa (2010, p. 132), a paisagem é tanto artefato (produção humana) quanto um sistema caracterizado como um conjunto de elementos e objetos ligados entre si. Contudo, a paisagem também pode ser vista como potencial de riqueza ou mesmo como

ideologia, pois ela “... sempre exprime e condiciona um conjunto de crenças e ideias, transmitindo ideologia (s), e como história, já que a paisagem cristaliza momentos e períodos históricos em seus processos de constituição (e transformação).” (SERPA, 2010, p. 132) Neste aspecto, e conforme Santos (1997, p.37) ressalta-se que a paisagem não é imóvel ou fixa, mas dependente dos processos e das intensidades de mudanças da sociedade, das suas relações políticas ou econômicas. Tanto espaço quanto paisagem adaptam-se às novas necessidades. Serpa (2010, p. 133) expõe que a paisagem pode ser vista como resultado de um processo de acumulação contínuo no espaço e no tempo, uma dimensão totalizante com aspectos visíveis (formas e funções) e invisíveis (indicando estrutura espacial).

Contudo, a paisagem enquanto realidade visível, imagem ou aparência imediata de contorno das formas, não pode esclarecer sua verdadeira essência. Uma leitura meramente formal das paisagens não apreende sua totalidade, pois ao lado de uma “realidade objetiva” há também uma “realidade abstrata”. Para todo sistema de objetos dispostos no espaço (real concreto) há um sistema de ações (real abstrato) que determinam a configuração territorial em sua totalidade. Para Serpa (2010, p. 134) é preciso entender a paisagem também como espaço de convivência do homem, de uma realidade que dialoga com os sentidos e com a percepção. Sendo assim, uma crítica da paisagem, em si, pode ser construída a partir da elaboração de uma fenomenologia da paisagem.

A geografia humanística, embasada na fenomenologia, tem sua abordagem voltada à valorização da experiência do indivíduo ou do grupo social, procurando compreender tanto os comportamentos como as formas de percepção dos sujeitos em relação ao seu lugar de vivência. Conforme Costa e Rocha (2010), as noções de espaço e lugar tem ali seu surgimento como conceitos chaves sendo que “... o lugar é aquele em que o indivíduo se encontra ambientado, no qual está integrado. O lugar não é toda e qualquer localidade, mas aquela que tem significância afetiva para uma pessoa ou grupo de pessoas.” (COSTA E ROCHA, 2010, p.37). Por isso o lugar é o espaço vivido, carregado de afetividade e significados. Mas também o lugar pode estar relacionado a paisagens em escalas ou categorias de análise muito diferentes entre si. Lugar pode ser uma cidade, um bairro ou uma rua. Lugar pode ser uma região, por exemplo.

Nisto concorda Moreira (2007, p.61), para quem na geografia fenomenológica o lugar deriva de uma percepção ou sentido de pertencimento onde coexiste a identidade biográfica do homem com todos os elementos do seu espaço vivido. Conforme este autor há um profundo sentimento de ambiência e de identificação recíproca entre espaço vivido e sujeito, uma singular ligação histórica entre coisas, objetos e a própria vida e o cotidiano dos habitantes. Desta forma, enfatizam-se as relações e ligações subjetivas e são, portanto, acrescentados nos estudos às percepções individuais, os significados, as características e heranças culturais, símbolos, os valores e as identidades coletivas (COSTA E ROCHA, 2010, p.51).

As abordagens mais recentes têm procurado conciliar as visões entre a geografia crítica e humana. Pois é exatamente a tensão dinâmica da objetividade e da subjetividade que origina a dimensão material. Há uma localização objetiva no espaço, real-concreta, reconhecida pela paisagem material e outra dimensão abstrata relacionada aos símbolos e significados atribuídos pelos indivíduos e grupos sociais (BARTOLY, 2011, p.69). Mesmo que, em um primeiro momento, a geografia crítica privilegiasse seu enfoque sobre o espaço geográfico em si (valendo-se mais de conceitos como território), geógrafos como Milton Santos passaram também a abordar e a conferir maior importância ao conceito de lugar, do cotidiano. Maciel (2001, p. 07) argumenta que a hermenêutica abre possibilidades de instrumentalizar as reflexões sobre a paisagem em um viés humanista, privilegiando a história, a cultura e outros atributos que não estejam relacionados somente a razão. Para este autor não é possível perceber as práticas da humanidade como sendo somente racionais e este fato tem relevância para incluir a perspectiva simbólica como parte do discurso acadêmico. Na geografia, todo o esforço realizado para tornar a paisagem como categoria de análise científica não foi suficiente para separá-la de seus aspectos estéticos e subjetivos. Pois conforme Maciel (2001, p. 06) "... toda paisagem é simbólica, e é também aquilo que se imagina e que recebe diferentes valorações e sentidos culturais". Pois paisagem é parte de qualquer lugar, do cotidiano, da identidade, do imaginário, é símbolo aberto a permanente atualização.

4 Paisagem como categoria de ordenamento territorial: um desafio em construção.

A gradativa, e pode-se dizer também recente consciência da importância da categoria paisagem ao lado de conceitos como território e identidade tem reflexo também, de forma mais pragmática, em diferentes aspectos do ordenamento territorial. A partir do reconhecimento da paisagem pela contribuição de diferentes disciplinas das ciências sociais e humanas somou-se também, pela expansão e difusão do conhecimento, uma sensibilidade que é estendida ao olhar dos diferentes grupos sociais. Paisagem é tanto vivência e experimentação coletiva quanto individual e é portanto, uma experiência direta de relação do sujeito com o mundo que habita. Esta percepção pode ressaltar aspectos positivos, de harmonia ou qualidade ambiental, por exemplo, mas também influi na percepção de aspectos negativos como a degradação social e física do território (como exemplo, as situações de crescimento desordenado e caótico das periferias), os impactos visuais resultantes, a perda ou deterioração ambiental ou das edificações consideradas de relevância patrimonial, o abandono de tradicionais estilos de vida associados aos lugares, entre tantos outros.

Para Maderuelo (2008, p. 07) ao desvendar-se o que de paisagem existe no território “... podemos utilizar os critérios e os valores da paisagem para frear a deterioração territorial”, ou seja, por meio da utilização da percepção e da sensibilidade contribuir para a qualificação do ordenamento e gestão do território. É um paradoxo que apresenta o seguinte desafio: entender que as consequências visuais estão relacionadas aos fenômenos de transformação dos elementos físicos da paisagem e que territórios e imagem paisagística estão intrinsecamente conectados às atividades humanas em todas suas dimensões. Desta forma pode ser também objeto dos processos de planejamento e gestão.

A evolução do conceito de paisagem ultrapassou também, historicamente, a simples utilização da paisagem como projeto ou planificação fragmentada e atrelada a uma ideia de sítio, criação de parques, jardins, praças, de preservação do entorno ou de paisagem natural. Em que pesem a importância de muitas destas ações e de políticas específicas de preservação patrimonial ou ambiental, o termo hoje se reveste da diversidade e da multiplicidade dos espaços, naturais e/ou construídos em sua permanente dinâmica de relação com homem, com sua identidade territorial, com suas necessidades objetivas e subjetivas. Em termos de utilização da categoria paisagem como elemento de planejamento e ordenamento territorial, e considerando a convergência de seu aporte teórico e o exposto

neste artigo bem como a sua abrangência em uma escala supranacional, quer-se destacar a experiência que vem sendo realizada por meio do Convênio Europeu de Paisagem.

O Convênio Europeu da Paisagem - CEP, firmado em 2000, é um documento político que pretende unificar as posturas dos países europeus quanto à importância da paisagem e do território nas ações de planejamento e gestão territorial. Abrange também com muita propriedade outros temas que estão integrados nas áreas ambientais, sociais, econômicas e de preservação. Segundo a convenção e já em seu preâmbulo fica clara a constatação de que a paisagem desempenha funções de interesse público, que contribui para a formação de culturas locais, para o bem-estar das populações em sua vida cotidiana, que representa um componente de preservação do patrimônio cultural e natural europeu bem como é recurso favorável à atividade econômica. Em especial, busca frisar o que denomina de identidade europeia na relação paisagem e território.

Mas a proposta da Convenção vai também ao encontro de dar uma resposta respaldada na vontade das populações para usufruição de paisagens. Estas passam a ser consideradas elementos-chave para o bem estar individual e coletivo com responsabilidades e direitos relacionados ao seu planejamento, proteção e gestão. (Convenção Europeia da Paisagem)

Após a assinatura e promulgação do documento, cada governo comprometeu-se com a internalização dos conceitos e das medidas gerais e específicas relacionadas ao consenso no uso de terminologias, validação jurídica, procedimentos para participação, estabelecimento de objetivos e integração da paisagem nas políticas de ordenamento do território e de urbanismo. Ficam também claras algumas medidas operacionais como as necessidades de reconhecimento das paisagens e territórios considerando os valores específicos que são atribuídos tanto pelos intervenientes quanto pelas populações interessadas.

Contudo, ainda assim, para Maderuelo (2008, p.06) o caráter político do Convênio Europeu recebeu críticas por não definir convenientemente a vertente conceitual e cultural da paisagem e que estão relacionados aos aspectos territoriais em si e à riqueza da diversidade cultural. O autor também alerta para o fato de territórios e paisagem poderem ser melhorados ou mesmo degradados. Conforme Maderuelo (2008, p.07):

Uno de los temas paisagísticos de más candente actualidad consiste en estudiar con qué criterios actuar frente al fenómeno de la transformación de los elementos físicos del paisaje, como prever las consecuencias visuales de las acciones que perpetramos no sólo en territorios que ofrecen una imagen de naturaleza sino en aquellos cuyo carácter ya sido consolidado por actuaciones humanas que podríamos denominar históricas.

Neste sentido que, para o autor, é de vital importância incluir as manifestações artísticas, ou como denomina “artealización”, de forma a poder reconhecer plenamente os valores pertencentes a cada território e que são capazes de distinguir os diferentes territórios ou lugares, regiões e os próprios países. Já para Mendoza (2008, p. 11) quando o Convênio Europeu afirma que todo território é paisagem e que esta é também direito de todos cidadãos estabelece um vínculo direto aos estudos geográficos orientados para a descrição, narração, análise, interpretação e representação dos diferentes tipos de paisagens urbanas e rurais. Pois há um protagonismo da geografia que se vale de muitos recursos para identificação e classificação das paisagens, incluindo no seu reconhecimento o seu processo de formação e permanente processo de evolução. Em outras palavras, é preciso produzir conhecimento para atuar e a geografia tem se orientado em direção ao planejamento e à gestão. Para Mendoza (2008, p. 32) a territorialização da paisagem é um processo muito recente do ponto de vista jurídico e político. Iniciou na Europa com a Estratégia Territorial Europeia – ETE, em 1999, abordando as ameaças às paisagens culturais de forma abrangente, incluindo paisagens rurais e urbanas. Mas o autor alerta para o fato de que não havia ainda o entendimento de que a paisagem era uma questão relacionada a todo território. Esta dimensão do sentido territorial da paisagem consolidou-se com a aprovação do Convênio Europeu da Paisagem em 2000, que entrou efetivamente vigor em 2004.

“...la idea innovadora desde el punto de vista jurídico y político, de que todo territorio es paisaje, de que cada territorio se manifiesta en la especificidad de su paisaje, cualquiera que sea su calidad y el aprecio que merezca.” (MENDOZA, 2008, p. 32)

Desta forma, a Convenção Europeia traz uma inovação, pois permite a ampla interpretação do que seriam os valores associados a determinado território e à especificidade de sua paisagem sem sua associação, por exemplo, com experiências

estéticas que necessariamente tenham que ser positivas. Por isso é muito relevante que se incluam estudos sobre as representações sociais da paisagem. Representações sociais, percepções e práticas sociais são categorias essenciais de análise e que se constituem por meio de campos disciplinares como a antropologia, sociologia, ciências políticas ou também da geografia.

Segundo Luginbuhl (2008, p. 146) a própria Convenção Europeia no momento em que define “...paisaje designa uma parte del território tal como la perciben las poblaciones...” coloca em evidência a percepção e todo processo cognitivo, psicológico e neurosensorial utilizado para captar a paisagem. A percepção, em um primeiro momento, está centrada nas sensibilidades individuais e podem ter interpretações diferentes. Mas, para o autor, as representações sociais estão voltadas mais para as relações do grupo social sem contudo desconsiderar o indivíduo. Sendo assim e para Luginbuhl (2008, p. 146) as representações sociais estão relacionadas ao que uma paisagem representa para determinado grupo social e a remetem a uma construção simbólica coletiva marcada pelas relações sociais.

A abordagem territorial da paisagem proposta pela Convenção Europeia não ocorre em detrimento das dimensões culturais e perceptivas. Conforme Mendoza (2008, p. 33) e em relação às políticas e programas de ordenamento que incluem a paisagem como categoria de ordenamento, existem dois eixos importantes a serem destacados. O primeiro diz respeito à implantação de forma adequada aos múltiplos sentidos e significados do termo paisagem, e efetivamente integrada à ideia da sustentabilidade e da qualidade de vida das populações. O segundo, em termos de necessidade de uma gradativa abertura ao tema que seja multidisciplinar, heterogênea, capaz de incorporar os diálogos entre a comunidade científica e técnica na construção das metodologias operativas orientadas para intervenção paisagística.

Em relação à última questão, esta parece ter recebido atenção especial na Convenção Europeia no tocante aos procedimentos para identificação das paisagens no conjunto do seu território. As medidas específicas incluem procedimentos de identificação e avaliação orientados por trocas de experiências técnicas e metodologias por meio da cooperação entre as partes assinantes da Convenção. Para tanto, os países membros da Convenção têm procurado sensibilizar técnicos e decisores políticos para a gestão e ordenamento da paisagem bem como criado documentos de orientações focados em apoio

metodológico. Como exemplo, no caso de Portugal, com a publicação “A paisagem na revisão dos PDM: orientações para implementação da Convenção Europeia da Paisagem no âmbito municipal”. Este documento, publicado em 2011, compila conceitos, orientações, diretrizes e metodologias a serem aplicadas ao longo da revisão dos Planos Diretores Municipais englobando inclusive um estudo de caso realizado na cidade de Óbidos, em uma perspectiva de multifuncionalidade. Da mesma forma, a Convenção Europeia da Paisagem está sendo gradativamente implementada na maioria dos países do Conselho da Europa, basicamente por meio dos respectivos sistemas de gestão territorial e dentro das capacidades de coordenação dos diferentes níveis políticos.

5 Considerações finais

Identidade territorial e paisagem são elementos-chave enquanto categorias que permitem identificar e perceber com mais clareza as profundas assimetrias entre o global e o local. As discussões sobre a perda de identidade territorial, de degradação das economias tradicionais, da destruição das paisagens naturais, culturais, do enfraquecimento das especificidades locais têm sido uma preocupação recorrente em contraponto à globalização econômica, por um lado, e a de um discurso político e também acadêmico voltado à sustentabilidade e ao desenvolvimento territorial, de outro. As formas de efetivação deste discurso em práticas de ordenamento é um desafio tanto ao nível de investigação científica dos temas quanto no nível de articulação da sociedade e de sua capacidade política por meio da criação e implementação de um planejamento apropriado ao reconhecimento das identidades territoriais e das paisagens.

Conforme exposto de forma sintética neste artigo, os processos de pensamento em relação à paisagem, identidade e território são complexos e não é possível simplificá-los. A abordagem metodológica para apreensão dos conceitos de identidade territorial e paisagem tem uma inata diversidade de sentidos e é também objeto de debate entre um campo de estudos de diferentes áreas do conhecimento. Ao lado da racionalidade e do discurso científico são inatas também às questões subjetivas capazes de revelar as singularidades e autenticidades de regiões, lugares e paisagens por meio das emoções, dos sentimentos, das sensibilidades, das representações, do imaginário. Reforça-se o fato de que, conforme Roca e Oliveira (2005, p.02) tanto identidade territorial quanto a paisagem são usualmente

entendidas como uma “panaceia” na promoção do desenvolvimento sustentável em diferentes escalas de planejamento, do local ao regional.

Mas o sentido de produzir conhecimento sobre as categorias está, sobretudo, e de forma pragmática, ligado ao planejamento e à gestão do território. O enquadramento da paisagem, território e identidade enquanto perspectiva estratégica na gestão e ordenamento territorial demonstram também a evolução e a socialização dos conceitos. Em especial, por que permite uma abordagem sobre aspectos relacionados diretamente à qualidade de vida das populações, incluindo temas de sustentabilidade socioambiental.

No caso do planejamento europeu, a importância da paisagem entendida como uma relação da dinâmica socioambiental e econômica corresponde também a uma identificação dos territórios culturais em diferentes escalas, das nacionais e regionais para as escalas locais. Há uma preocupação com a preservação da identidade e dos espaços sociais ou mesmo de revalorização de potenciais bem como da criação de novas paisagens. Mas por outro lado, tanto a categoria de identidade territorial, quanto a de paisagem, precisam ser operacionalizadas e internalizadas para os instrumentos de planejamento e gestão.

Ao lado da regulação surgem as diferentes questões implícitas ao processo: maior clareza na definição das categorias analíticas, a necessidade de sensibilização e participação popular, a identificação e avaliação das paisagens em seu conjunto no território, a definição de objetivos claros. Por fim, ressalta-se que a efetiva aplicação de todas as novas normatizações depende de uma grande capacidade de articulação política de lideranças e agentes voltados para a promoção das identidades locais, regionais e suas paisagens. Soma-se também a capacidade técnica dos gestores que são responsáveis pela implementação, bem como das condições financeiras a serem disponibilizadas.

O processo de operacionalização dos conceitos e das afirmações pró-identidade e paisagem nas políticas de desenvolvimento é de fundamental importância para os lugares e regiões, espaços do cotidiano das populações e de suas instituições. Neste contexto, a paisagem pela sua capacidade de relacionar tanto elementos da identidade territorial quanto de representação aponta tanto para a realidade objetiva e verificável quanto para a realidade percebida e imaginada.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Frederico Guilherme B. *Identidade e território enquanto simulacros discursivos. de.* In: **ARAUJO**, Frederico Guilherme B. de; **HAESBERT**, Rogério (org.). *Identidades e Territórios: questões e olhares contemporâneos.* Autores: Amélia Cristina Alves Bezerra... [et al.] Rio de Janeiro: Access, 2007. P. 13 – 32.

ARAUJO, Frederico Guilherme B. de; **HAESBERT**, Rogério (org.). *Identidades e Territórios: questões e olhares contemporâneos.* Autores: Amélia Cristina Alves Bezerra... [et al.] Rio de Janeiro: Access, 2007. 136 p.

BARTOLY, Flávio. *Debates e perspectivas do lugar na geografia.* GEOgraphia, Vol.13, nº 26, 2011.

BRITTO, Monique Cristine. **FERREIRA**, Cássia de Castro Martins. *Paisagem e as diferentes abordagens geográficas.* Revista de Geografia PPGE, V. 02, nº1, p. 01-10, 2011.

CAVALCANTI, Agostinho; **VIADANA**, Adler Guilherme. *Organização do espaço e análise da paisagem.* Rio Claro, SP: UNESP, 2007. 107 p.

CAUQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem.* Coleção Arte & Comunicação, Ed. Edições 70, Lisboa, 2008. 147 p.

CONROUX, Pierre. *A paisagem, um patrimônio comum.*

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial.* São Paulo: Ática, 2003.

COSTA, Fábio R., **ROCHA**, Márcio Mendes. *Geografia: conceitos e paradigmas – apontamentos preliminares.* Ver. GEOMAE Campo Mourão V.1 nº2, 2010, p. 25-56.

HAESBERT, Rogério. *Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades).* In: **ARAUJO**, Frederico Guilherme B. de; **HAESBERT**, Rogério (org.). *Identidades e Territórios: questões e olhares contemporâneos.* Autores: Amélia Cristina Alves Bezerra... [et al.] Rio de Janeiro: Access, 2007. p. 33 – 56.

LUGINBUHL, Yves. *Las representaciones sociales del paisaje y suas evoluciones.* In: **MADERUELO**, Javier[dir.]. *Paisaje y Territorio.* Madrid: Abada Editores, 2008. p.143 – 180.
MADERUELO, Javier[dir.]. *Paisaje y Territorio.* Madrid: Abada Editores, 2008. 303 p.

MACIEL, Caio Augusto Amorim. *Morfologia da paisagem e imaginário geográfico: uma encruzilhada onto-gnoseológica.* GEOgraphia, UFF, RJ, Vol. 3, nº 6, 2001.

MACIEL, Ana Beatriz Câmara. **MARINHO**, Fábio Daniel Pereira. *Análise do conceito de Paisagem na ciência geografia: reflexões para os professores do ensino básico.* Revista Geonorte, Edição especial, V.1, nº 4, p. 13 – 22, 2012.

MENDOZA, Josefina Gómez.. *La mirada de geógrafo sobre el paisaje del conocimiento a la gestión*. In: **MADERUELO**, Javier[dir.]. *Paisaje y Territorio*. Madrid: Abada Editores 2008. p.11 – 55.

ROCA, Zoran. **OLIVEIRA**, José Antônio. *A paisagem como elemento da identidade e recurso para o desenvolvimento*. CEGED – Centro de Estudos de Geografia e Desenvolvimento. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2005. 16 p.

SANTOS, Milton. *Metamorfose do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1997

SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. *Metamorfose do espaço habitado*. São Paulo: EDUSP, 2008. [HUCITEC, 1988]

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. Companhia do Livro, São Paulo, 1996. 652p.

SERPA, Angelo. *Milton Santos e a paisagem: parâmetros para a construção de uma crítica da paisagem contemporânea*. Paisagem Ambiente: ensaios – nº 27, São Paulo p. 131-138,2010.

VIEIRA, Daniel de Souza Leão. *Paisagem e Imaginário: contribuições teóricas para uma história cultural do olhar*. Revista de História e Estudos Culturais, Vol. 3, Ano III, nº 03, 14 p. 2006.

Documentos:

Convenção Europeia da Paisagem. Decreto nº4/2005 de 20 de outubro de 2000, Florença.

A paisagem na revisão dos PDM: Orientações para a implementação da Convenção Europeia da Paisagem no âmbito municipal. Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Campo Grande, Lisboa, 2011. 110 p.